



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



TERMO DE REFERÊNCIA – RETIFICADO

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Registro de preços para contratação de empresa especializada para o fornecimento de serviços de locação de concentradores, aparelhos diversos e recarga de oxigênio medicinal para o abastecimento dos cilindros e concentradores de oxigênio medicinal utilizados nas residências e dependências das Unidades de Saúde, para atendimento das necessidades do município de São Geraldo/MG, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

| LOTE 01 – LOCAÇÃO DE APARELHO | | | | | | |
|-------------------------------|------|---|----------------|--------|-------------|----------------------|
| LOTE | ITEM | DESCRIÇÃO | UNID. | QUANT. | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
| LOTE 01 | 01 | CPAP AUTOMÁTICO - Locação de aparelho médico respiratório para tratamento de apneia do sono e distúrbios respiratórios (CPAP – gerador de fluxo), para uso domiciliar, permitindo regulagem automática de pressão inspiratória entre 4 e 20 cmH ₂ O. Alimentação bivolt. Acessórios obrigatórios: umidificador, máscara nasal ou facial em silicone, traqueia de 2 metros, cabo de alimentação, filtro, cartão de memória, bolsa para transporte e manual com registro na ANVISA. Manutenção preventiva: a cada 06 meses, com relatório técnico contendo dados da manutenção, troca de filtro e verificação do nível de pressão, a ser entregue ao responsável pelo setor de saúde. Manutenção corretiva: sempre que solicitado, devendo ser realizada no prazo máximo de 48 horas. | Locação Mensal | 96 | R\$591,72 | R\$56.805,12 |
| | 02 | BIPAP COM SUPORTE AVAPS - Locação de aparelho médico respiratório para tratamento de deficiências respiratórias (BIPAP referência Stellar 150 ou similar), para uso domiciliar, permitindo regulagem automática de pressão entre 4 e 30 cmH ₂ O. Alimentação bivolt. Acessórios obrigatórios: umidificador, máscara nasal ou facial em silicone ou circuito invasivo, traqueia de 2 metros, cabo de alimentação, filtro, cartão SD e manual com registro na ANVISA. Manutenção preventiva: a cada 06 meses, com relatório técnico contendo dados da manutenção, troca de filtro e verificação do nível de pressão, entregue ao | Locação Mensal | 288 | R\$2.186,84 | R\$629.809,92 |



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



| | | | | | | |
|----|--|---|----------------|----|-------------|----------------------|
| | | responsável pelo setor de saúde. Manutenção corretiva: sempre que solicitado, devendo ser realizada no prazo máximo de 48 horas. | | | | |
| 03 | | VENTILADOR MECÂNICO - Locação de ventilador mecânico domiciliar de suporte à vida (referência Trilogy EVO ou similar), para tratamento de deficiências respiratórias, permitindo os seguintes modos de ventilação: Pressão: CPAP, S, ST, PC, T, PC-SIMV; Volume: AC, CV, SIMV; Híbrido: AVAPS (para circuito com porta de expiração passiva). Alimentação bivolt. Acessórios obrigatórios: umidificador, máscara nasal ou facial em silicone ou gel ou circuito invasivo, traqueia de 2 metros, cabo de alimentação, filtro, cartão SD e manual com registro na ANVISA. Manutenção preventiva: a cada 06 meses, com relatório de manutenção e troca de filtros, entregue ao setor de saúde. Manutenção corretiva: sempre que solicitado, devendo ser realizada no prazo máximo de 48 horas. | Locação Mensal | 48 | R\$3.695,31 | R\$177.374,88 |
| 04 | | APARELHO DE ASSISTÊNCIA À TOSSE - Locação de aparelho médico respiratório para higiene brônquica e auxílio na desobstrução das vias aéreas (referência Cough Assist E-70 ou similar), para uso domiciliar, devendo dispor de modos automáticos que facilitem a titulação e sincronização com o paciente. Acessórios obrigatórios: máscara facial inflável, traqueia, cabo de alimentação, filtro, cartão SD e manual com registro na ANVISA. Manutenção preventiva: a cada 06 meses, com relatório técnico contendo dados da manutenção e troca de filtro, entregue ao setor de saúde. Manutenção corretiva: sempre que solicitado, devendo ser realizada no prazo máximo de 48 horas. | Locação Mensal | 48 | R\$2.556,72 | R\$122.722,56 |
| 05 | | NOBREAK COM MÓDULO DE BATERIA - Locação de nobreak de 1400 VA interativo com regulação on-line, acompanhado de módulo de bateria estacionária 12VDC/80Ah, garantindo no mínimo 7 horas de autonomia em | Locação Mensal | 72 | R\$555,48 | R\$39.994,56 |



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



| | | | | | | |
|---|----|--|----------------|----|-------------|------------------------|
| | | caso de falta de energia. Acessórios obrigatórios: cabo para conexão do módulo de bateria ao nobreak. Manutenção preventiva: a cada 06 meses, com relatório técnico contendo dados da manutenção, entregue ao setor de saúde. Manutenção corretiva: sempre que solicitado, devendo ser realizada no prazo máximo de 48 horas. | | | | |
| | 06 | OXÍMETRO DE MESA - Locação de oxímetro de mesa para visualização de SpO ₂ e pulso, com alarmes visuais e sonoros ajustáveis e programáveis. Acessórios obrigatórios: cabo de oximetria neonatal, infantil ou adulto. Manutenção preventiva: a cada 06 meses, com relatório técnico contendo dados da manutenção, entregue ao setor de saúde. Manutenção corretiva: sempre que solicitado, devendo ser realizada no prazo máximo de 48 horas. | Locação Mensal | 48 | R\$1.743,83 | R\$83.703,84 |
| VALOR GLOBAL – LOTE 01: Um milhão e cento e dez mil e quatrocentos e quarenta e um reais e trinta e seis centavos. | | | | | | R\$1.110.410,88 |

| LOTE 02 – SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE CONCENTRADORES E CILINDROS DE OXIGÊNIO | | | | | | |
|--|------|--|----------------|--------|-------------|----------------------|
| LOTE | ITEM | DESCRIÇÃO | UNID. | QUANT. | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
| LOTE 02 | 07 | CONCENTRADOR DE OXIGÊNIO 5LPM - Equipamento com voltagem 127V, variação de fluxo de 0,5 a 5 L/min, nível de ruído máximo de 45 dB, concentração de oxigênio entre 87% e 96% de pureza e pressão de saída de 5,5 PSI. Acessórios obrigatórios: umidificador e cateter nasal para uso domiciliar. Manutenção preventiva: deverá ocorrer, no máximo, a cada 06 meses, com emissão de relatório técnico contendo dados da manutenção, troca de filtros, níveis de pressão, concentração e fluxo. O relatório deverá ser entregue ao responsável pelo setor de saúde. Manutenção corretiva: sempre que solicitado, devendo ser realizada no prazo máximo de 48 horas. | Locação Mensal | 990 | R\$595,01 | R\$589.059,90 |
| | 08 | CONCENTRADOR DE OXIGÊNIO 10LPM - Equipamento com voltagem 127V, variação de fluxo | Locação Mensal | 120 | R\$900,14 | R\$108.016,80 |



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



| | | | | | | |
|--|--|--|----------------|----------|--------------------|------------------------|
| | | de 1,0 a 10 L/min, nível de ruído máximo de 45 dB, concentração de oxigênio entre 87% e 96% de pureza e pressão de saída de 5,5 PSI. Acessórios obrigatórios: umidificador e cateter nasal para uso domiciliar. Manutenção preventiva: deverá ocorrer, no máximo, a cada 06 meses, com relatório técnico contendo dados da manutenção, troca de filtros, níveis de pressão, concentração e fluxo, a ser entregue ao responsável pelo setor de saúde. Manutenção corretiva: sempre que solicitado, devendo ser realizada no prazo máximo de 48 horas. | | | | |
| 09 | | CILINDRO PARA OXIGÊNIO MEDICINAL - Locação de cilindros de oxigênio medicinal em aço, com capacidades entre 1 e 10 m³. Acessórios obrigatórios: regulador com fluxômetro. Manutenção preventiva: deverá ocorrer, no máximo, a cada 06 meses, com relatório técnico contendo dados de manutenção. Manutenção corretiva: sempre que solicitado, devendo ser realizada no prazo máximo de 48 horas. | Locação Mensal | 700 | R\$199,63 | R\$139.741,00 |
| 10 | | OXIGÊNIO MEDICINAL M³ - Recarga de cilindros de 8 a 10 m³ de oxigênio medicinal. A entrega deverá ocorrer no domicílio do paciente ou no setor de ambulância, conforme solicitação do responsável pelo setor de saúde, em até 24 horas. | Recarga | 2.100 M³ | R\$44,63 | R\$93.723,00 |
| 11 | | OXIGÊNIO MEDICINAL 04M³ - Recarga de cilindros de 4 m³ de oxigênio medicinal. A entrega deverá ocorrer no domicílio do paciente ou no setor de ambulância, conforme solicitação do responsável pelo setor de saúde, em até 24 horas. | Recarga | 120 M³ | R\$209,08 | R\$25.089,60 |
| 12 | | OXIGÊNIO MEDICINAL 01M³ - Recarga de cilindros de 1 m³ de oxigênio medicinal. A entrega deverá ocorrer no domicílio do paciente ou no setor de ambulância, conforme solicitação do responsável pelo setor de saúde, em até 24 horas. | Recarga | 240 M³ | R\$165,12 | R\$39.628,80 |
| VALOR GLOBAL – LOTE 02: Novacetos e e noventa e quatro mil e oitocentos e setenta reais e trinta centavos. | | | | | R\$2.113,61 | R\$995.259,10 |
| VALOR MÉDIO TOTAL: Dois milhões e cento e cinco mil e duzentos e oitenta e um reais e sessenta e seis centavos. | | | | | | R\$2.105.669,98 |



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



O serviço objeto desta contratação são caracterizados como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

O prazo de vigência da contratação será de **12 (doze) meses**, contados a partir da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, deverão ser observados os requisitos constantes do **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis**, priorizando práticas que reduzam impactos ambientais.

A contratada será integralmente responsável por quaisquer prejuízos que venha a causar ao órgão contratante, em razão da suspensão, paralisação ou proibição de suas atividades decorrentes do descumprimento de normas ambientais ligadas à comercialização, transporte, armazenamento ou fornecimento de gases medicinais.

A licitante vencedora será responsável pelo transporte dos produtos, o qual deverá ocorrer em condições de tempo e temperatura que não comprometam sua qualidade. Os meios de transporte deverão ter cobertura adequada para proteção da carga, vedado o uso de veículos ou métodos que comprometam a qualidade, usabilidade ou integridade dos produtos.

Todos os equipamentos fornecidos deverão atender às normas técnicas da **Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)**, bem como às disposições legais da **Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)**, desde a produção até a distribuição.

Para a contratação é imprescindível que o prestado de serviço seja adepto às práticas sustentáveis, ao uso de tecnologias mais limpas e eficientes, e a implementação de medidas de redução, reutilização e reciclagem de materiais e resíduos relacionados ao serviço de oxigênio medicinal.

Serviços que possuam em sua prestação elementos/critérios compatíveis com padrões de consumo social ambientalmente sustentáveis.

Indicação de marcas ou modelos (*art.*)

Na presente contratação não será admitida a indicação de marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares.

Subcontratação

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



Garantia da contratação

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

A execução do objeto seguirá a seguinte condições:

- 5.1.1. Início da execução do objeto será em até 02 (dois) dias após a assinatura do contrato;
- 5.1.2. O serviço será prestado de forma mensal e contínua, conforme a demanda apresentada pelo setor responsável.
- 5.1.2. Considera-se como data do recebimento da Ordem de serviço:
 - a) O primeiro dia útil seguinte ao do envio do e-mail, no caso de ordem de serviço enviada por e-mail;
 - b) O dia do recebimento, no caso de ordem de serviço entregue pessoalmente;
 - c) O dia do recebimento da correspondência, no caso de ordem de serviço enviada por meio postal.
- 5.1.3. Para novas solicitações de serviço, a entrega, instalação ou implementação dos equipamentos deverá ocorrer em até 48 (quarenta e oito) horas após a solicitação do Contratante. A recarga e o reabastecimento de cilindros de oxigênio seguirão o prazo específico definido no Termo de Referência para cada tipo de cilindro.
- 5.1.4. O número de solicitações poderá variar conforme a sazonalidade. Nos meses de inverno, o consumo tende a aumentar devido à maior incidência de doenças respiratórias.
- 5.1.5. A Contratada deverá disponibilizar e posicionar os cilindros nos locais indicados pelo responsável do setor de saúde, fazendo a devida identificação dos equipamentos e utensílios de sua propriedade. Os cilindros deverão conter identificação clara da capacidade (em m³), facilitando as solicitações de recarga
- 5.1.6. As entregas deverão ocorrer nos endereços indicados pelo setor de saúde, incluindo zona urbana e rural, conforme Ordem de Fornecimento, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a solicitação. As solicitações destinadas às UBS deverão ser atendidas dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos.
- 5.1.7. Caberá a Contratada orientar os servidores das Unidades de Saúde quanto ao manuseio correto dos cilindros e a substituição segura dos mesmos.
- 5.1.8. Todos os equipamentos fornecidos deverão possuir garantia total durante toda a vigência do contrato, cobrindo defeitos de fabricação, substituição de peças e correção necessária, sem qualquer ônus adicional à Contratante.
- 5.1.9. A Contratada deverá substituir imediatamente qualquer cilindro que apresente anomalia, dano ou intercorrência técnica.



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



5.1.10. Constatadas irregularidades no objeto entregue, o Município de São Geraldo/MG poderá, sem prejuízo das penalidades:

- a) rejeitar o objeto, total ou parcialmente, determinando sua substituição ou correção;
- b) determinar a complementação, caso haja divergências de quantidades ou componentes.

5.1.11. As irregularidades deverão ser sanadas pela Contratada após notificação formal, mantido o preço inicialmente ofertado.

5.1.12. O recebimento dos produtos não exime a Contratada da responsabilidade legal pela qualidade, segurança e conformidade do objeto fornecido.

Local e horário da prestação dos serviços

Os serviços serão prestados nos seguintes endereços:

Domicílios de pacientes (endereços serão fornecidos na solicitação do serviço) e Unidades de Saúde do Município.

| Nome do Local | Endereço do Local |
|-------------------------------------|--|
| Posto de Saúde do Centro | Travessa Clemente Bastos, s/n, Bairro Etelvina |
| Unidade de Saúde de Monte Celeste | Praça Santo Antônio, s/n, Monte Celeste |
| Unidade de Saúde do Centro | Travessa Clemente Bastos, s/n, Bairro Etelvina |
| Unidade de Saúde do Eduardo Torrent | Rua José Jotta Neto, s/n, Eduardo Torrent |
| Unidade de Saúde do Santo Antônio | Rua Capitão Machado, s/n, Bairro Santo Antônio |
| Unidade de Saúde do Manoel Moreira | Rua das Acácias, 32, Manoel Moreira |

Os serviços serão prestados no seguinte horário: A empresa deverá estar disponível todos os dias em horário comercial para o fornecimento do objeto descrito nesse termo de referência.

Rotinas a serem cumpridas

A execução contratual observará as rotinas abaixo descritas para cada equipamento locado.

5.1.13. CPAP AUTOMÁTICO - Manutenção preventiva a cada 06 (seis) meses, mediante relatório técnico contendo dados da manutenção, troca de filtro e verificação dos níveis de pressão. O relatório deverá ser entregue ao responsável pelo setor de saúde. A manutenção corretiva deverá ser realizada sempre que solicitada, em prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

5.1.14. BIPAP COM SUPORTE AVAPS - Manutenção preventiva a cada 06 (seis) meses, com entrega de relatório técnico contendo informações sobre manutenção, troca de filtro e ajustes de pressão. A manutenção corretiva deverá ocorrer no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após solicitação.

5.1.15. VENTILADOR MECÂNICO - Manutenção preventiva a cada 06 (seis) meses, com relatório técnico contendo dados de manutenção, troca de filtro e conferência dos parâmetros de ventilação. A manutenção corretiva deverá ser realizada no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após solicitação.

5.1.16. APARELHO DE ASSISTÊNCIA À TOSSE - Manutenção preventiva a cada 06 (seis) meses, mediante relatório de visita técnica contendo dados de manutenção, troca de filtro e conferência de funcionamento. A manutenção corretiva deverá ser executada no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a solicitação.

5.1.17. NOBREAK COM MÓDULO DE BATERIA - Manutenção preventiva a cada 06 (seis) meses, com apresentação de relatório técnico. A manutenção corretiva deverá ser realizada em até 48 (quarenta e oito) horas após a solicitação.

5.1.18. OXÍMETRO DE MESA - Manutenção preventiva a cada 06 (seis) meses, com entrega de relatório técnico contendo os dados de manutenção. A manutenção corretiva deverá ocorrer em até 48 (quarenta e oito) horas após solicitação.



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



5.1.19. CONCENTRADOR DE OXIGÊNIO 5LPM - Manutenção preventiva a cada 06 (seis) meses, com relatório técnico contendo troca de filtro, aferição de nível de pressão, concentração e fluxo. A manutenção corretiva deverá ser realizada em até 48 (quarenta e oito) horas. A recarga deverá ser entregue no domicílio do paciente ou setor de ambulância em até 24 horas, conforme solicitação.

5.1.20. CONCENTRADOR DE OXIGÊNIO 10LPM - Manutenção preventiva a cada 06 (seis) meses, com relatório técnico contendo troca de filtro, aferição de pressão, concentração e fluxo. A manutenção corretiva deverá ocorrer no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após solicitação.

5.1.21. CILINDRO PARA OXIGÊNIO MEDICINAL - Manutenção preventiva a cada 06 (seis) meses, com entrega de relatório técnico. A manutenção corretiva deverá ocorrer no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após solicitação.

5.1.22. OXIGÊNIO MEDICINAL M³ - A recarga deverá ser entregue no domicílio do paciente ou setor de ambulância em até 24 horas, após solicitação.

5.1.23. OXIGÊNIO MEDICINAL 04M³ - Entrega no domicílio do paciente ou setor de ambulância em até 24 horas, após solicitação.

5.1.24. OXIGÊNIO MEDICINAL 01M³ - Entrega no domicílio do paciente ou setor de ambulância em até 24 horas, após solicitação.

Materiais a serem disponibilizados

Para execução perfeita dos serviços, a Contratada deverá fornecer os materiais, acessórios e componentes indispensáveis, substituindo-os quando necessário, conforme abaixo:

5.1.25. CPAP AUTOMÁTICO - Umidificador; máscara nasal ou facial em silicone; traqueia de 2 m; cabo de alimentação; filtro; cartão de memória; bolsa para transporte; manual com registro na ANVISA.

5.1.26. BIPAP COM SUPORTE AVAPS - Umidificador; máscara nasal ou facial em silicone ou circuito invasivo; traqueia de 2 m; cabo de alimentação; filtro; cartão SD; manual com registro na ANVISA..

5.1.27. VENTILADOR MECÂNICO - Umidificador; máscara nasal ou facial em silicone/gel ou circuito invasivo; traqueia de 2 m; cabo de alimentação; filtro; cartão SD; manual com registro na ANVISA.

5.1.28. APARELHO DE ASSISTÊNCIA À TOSSE - Máscara facial inflável; traqueia; cabo de alimentação; filtro; cartão SD; manual com registro na ANVISA.

5.1.29. NOBREAK COM MÓDULO DE BATERIA - Cabo para conexão entre o nobreak e o módulo de bateria.

5.1.30. OXÍMETRO DE MESA - Cabo de oximetria neonatal, infantil e adulto.

5.1.31. CONCENTRADOR DE OXIGÊNIO 5LPM - Umidificador e cateter nasal.

5.1.32. CONCENTRADOR DE OXIGÊNIO 10LPM - Umidificador e cateter nasal.

5.1.33. CILINDRO PARA OXIGÊNIO MEDICINAL - DEVERÁ ACOMPANHAR O EQUIPAMENTO: Regulador com fluxômetro.

5.1.34. OXIGÊNIO MEDICINAL M³ - Recarga entregue em até 24 horas, conforme solicitação.

5.1.35. OXIGÊNIO MEDICINAL 04M³ - Recarga entregue em até 24 horas.

5.1.36. OXIGÊNIO MEDICINAL 01M³ - Recarga entregue em até 24 horas.



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



Especificação da garantia do serviço ([art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido [na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990](#) (Código de Defesa do Consumidor).

Na execução dos serviços deverão ser observadas, de modo geral, as especificações das normas técnicas e legais vigentes e aquelas complementares e pertinentes aos serviços ora licitados.

As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação dos serviços, são de inteira responsabilidade da empresa contratada.

Serão de total responsabilidade da empresa contratada, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro.

Caberá exclusivamente à empresa contratada, na prestação dos serviços, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes do trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade, e bem assim, empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a empresa contratada colocar a serviço no atendimento do objeto.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

Fiscalização

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



Fiscalização Técnica

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

A avaliação da execução do objeto consistirá na verificação se o serviço foi entregue de acordo com os padrões e prazos acordados previamente entre a contratante e contratada, bem como a clareza, eficácia e precisão da comunicação durante a execução dos serviços.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

Do recebimento

Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 02 (dois) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, [de 2021](#) e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.1.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



7.1.3. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.1.4. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))

7.1.5. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.1.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 02(dois) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.1.7. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.1.8. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.1.9. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.1.10. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.1.11. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



Liquidação

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.1.12. o prazo de validade;
- 7.1.13. a data da emissão;
- 7.1.14. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.1.15. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.1.16. o valor a pagar; e
- 7.1.17. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



Prazo de pagamento

Artigo nº 36 do Decreto Municipal nº 388/2023 - Parágrafo único. O pagamento de cada fatura deverá ser realizado em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovadas o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos.

No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA** de correção monetária.

Forma de pagamento

O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, devendo ser observado o que consta no comunicado **da Diretoria de Finanças e no Decreto Municipal 257/2023**.

7.1.18. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

A presente contratação não permite a antecipação de pagamento, seja parcial/total, conforme as regras previstas no art. 145 da lei nº 14.133/2021.

Cessão de crédito

É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.1.19. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do contratante.

A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).

A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo **menor preço por lote**.

A proposta da empresa licitante deverá incluir todos os custos de transporte, estadia, alimentação, seguro e quaisquer outras despesas para fornecimento do objeto.

O licitante deverá fornecer junto à sua proposta o nome do responsável pelo atendimento e pedido de compras, bem como telefone e endereço de e-mail para o qual poderão ser encaminhadas as ordens de serviço.

No modelo da proposta deverá ser indicado o responsável pelo atendimento comercial ao Município, contendo nome completo do responsável, telefone fixo, telefone celular, e-mail e dados bancários para pagamento.

Juntamente à proposta, deverá ser juntada ficha técnica com ilustração do equipamento, para todos os itens.

Regime de execução

O regime de execução do contrato será por preço unitário de acordo com a demanda da Secretaria de Saúde.

Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estaduais e Municipais relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais e/ou Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#);

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

Qualificação Técnica

Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

No mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a aptidão da empresa licitante para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da presente licitação. (Os atestados deverão conter: nome empresarial e dados de identificação da instituição emitente (CNPJ, endereço, telefone, e-mail), local e data de emissão);



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



Certificado de Autorização de Funcionamento (AFE) para equipamentos/correlatos expedida pela Anvisa de titularidade da licitante ou pertinente à empresa fabricante/envasadora, acompanhada do contrato de fornecimento vigente;

Certificado de Autorização de Funcionamento (AFE) para gases medicinais expedida pela Anvisa relativa à fabricação/envase de gases medicinais. Se a participante for apenas distribuidora de gases medicinais, deverá apresentar a AFE pertinente à empresa fabricante/envasadora, acompanhada do contrato de fornecimento vigente.

Alvará Sanitário emitido pelo Órgão Municipal competente ou documento equivalente emitido por Órgão Federal ou Estadual que comprove sua atividade comercial ou quando dispensado no município de origem da empresa licitante, deverá ser apresentada declaração, legislação municipal ou outro documento que comprove a dispensa do alvará sanitário.

A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado total da contratação é de R\$ 2.105.281,66 (dois milhões e cento e cinco mil e duzentos e oitenta e um reais e setenta e seis centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.

A contratação será atendida pela dotação orçamentária juntada aos autos do processo pela Contabilidade Municipal.

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

O foro competente para dirimir as controvérsias do presente processo é o da Comarca de Visconde do Rio Branco-MG, Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 2º da Lei Federal nº10.153/2.009 ou do art. 59, da Lei Complementar Estadual nº059/2001.

São Geraldo, 11 de dezembro de 2025.

Vânia Andréa Pereira

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação

Felício Rodrigues da Silva

Secretário Municipal de Saúde